

Martin Lienhard, *O Mar e o Mato. Histórias da Escravidão (Congo-Angola, Brasil, Caribe)*, Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia / Centro de Estudos Afro-Orientais (EDUFBA / CEAU) 1998

José Carlos Venâncio *

O livro de Martin Lienhard consta de três ensaios dedicados à situação de escravidão a que o homem negro, a partir do séc. XV, foi submetido nos dois lados do Atlântico por iniciativa e proveito de comerciantes e empresários europeus, que, enquanto tal, agiam no quadro da conjuntura capitalista que então dava os primeiros passos. Lienhardt centra-se na experiência ibérica. No primeiro ensaio/capítulo, intitulado “Mambo. Cantigas rituais dos ‘congós’ cubanos e a história da escravidão”, atende ao significado das cantigas rituais dos “paleros”, adeptos da religião afro-cubana que dá pelo nome de “palo-monte”, expressão cuja tradução portuguesa será, fazendo *jus* ao título do livro, pau do mato. O segundo ensaio analisa a comunicação experimentada pelos portugueses e pelos potentados do Congo e Ngola nos primeiros tempos da conquista portuguesa de Angola. Centra-se fundamentalmente na documentação portuguesa, quer em Cadornega [cronista do século XVII, autor da *História Geral das Guerras Angolanas* (1681), Lisboa: Agência-Geral do Ultramar [1ª ed. 1940-42] 1972], quer em Fernão de Sousa, governador de Angola entre 1624 e 1630, cuja documentação foi recolhida (e transcrita com a colaboração de Maria Adélia de Carvalho Mendes) por Beatrix Heintze (1985/1988). O terceiro ensaio volta a incidir sobre a experiência americana, desta feita brasileira e porto-riquenha, relatando e analisando nomeadamente a insurreição de Manuel Congo na Paraíba, em 1838, e a suspeição,

* Universidade da Beira Interior / CEAUP

em 1826, por parte de escravistas, de uma fuga de escravos da província de Bayamón (Porto Rico) para São Domingos, com o intuito provável de se refugiarem no Haiti (a parte francesa da ilha Espanhola), onde um conjunto de revolucionários negros tinha levado, três décadas antes, o país à independência.

O propósito de Lienhardt é fazer uma arqueologia da memória escrava nos dois lados do Atlântico, centrando-se, para o efeito, no “discurso” dos próprios, tal como ele é expresso “nas cantigas dos *paleros cubanos*” (1º ensaio), no “diálogo luso-africano” (2º ensaio) e no que “subjaz às fugas ou o aquilombamento dos escravos no Brasil (...) e no Caribe” (3º ensaio). Trata-se de três ensaios com uma orientação metodológica própria da etno-história, entendendo-a o seu autor como “a história dos grupos ou setores marginalizados pelos sistemas coloniais, neocoloniais ou pós-coloniais” (p.16). Baseia-se, para o efeito, numa etnicidade que traduz “uma tradição ainda viva ou reinventada”, como a que é, na verdade, experienciada pelos inúmeros movimentos sociais e culturais que emergiram, quer em África, quer no Novo Mundo, desde o início da exploração colonial dos dois continentes.

Não se trata propriamente de um tema novo. Bem pelo contrário. Inúmeros têm sido os estudos e as abordagens à “condição negra” nos dois continentes. No que diz respeito, por exemplo, ao Brasil, lembremo-nos dos estudos de Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Roger Bastide, entre outros. Mais recentemente Carlos Vogt e Peter Fry, dois académicos brasileiros, publicaram o resultado de um projecto que desenvolveram junto de uma comunidade predominantemente negra, Cafundó, um bairro rural do município de Salto de Pirapora, situado a 12 quilómetros da respectiva cidade e a cerca de 150 da cidade de São Paulo. O livro tem por título *Cafundó. A África no Brasil. Linguagem e sociedade* (Editora da UNICAMP / Companhia das Letras 1996). Tal como o livro de Martin Lienhard, os seus autores procedem a uma análise interdisciplinar, contemplando, de forma integrada e entre si explicativos, aspectos sociais e da linguagem.

O livro de Martin Lienhard apresenta uma diferença em relação à tendência dominante na tradição de estudos sobre o mundo negro nas Américas, que é a de situar o seu esforço analítico não só nesse espaço social, como também em África, facto que acaba por se traduzir positivamente nos resultados a que chega. Esta pressuposta vantagem não me parece que seja dissipada com algumas fragilida-

des e falhas que o livro não deixa de apresentar. Tenho como fragilidade, reconhecida aliás pelo autor, o facto de se chegar, afinal, à fala da rainha Nzinga pela mão de um governador português que, enquanto tal e enquanto homem europeu do seu tempo, não deixou de transmitir sentimentos e idiossincrasias próprios. Talvez importasse, na busca de uma maior objectividade, um tratamento hermenêutico mais aturado da referida documentação. As “pedras” da rainha Nzinga (p.74) não me parece, por sua vez, que possam ser consideradas – mesmo que em termos simbólicos – como uma “floresta de pedras”, epíteto que permitiria ao autor manter como *Leitmotiv* do livro a dualidade “mar e mato”, espaços decisivos na cosmologia do homem negro, quer em África, quer nas Américas. As pedras em referência são as de Pungo-a-Ndongo, junto à cidade de Malanje, inexpugnáveis pela sua grandeza, entendidas, na verdade, como o centro mítico do Reino do Ndongo.

Estas interrogações não desvalorizam o livro de Martin Lienhard, que pela seriedade analítica e pela fluência da linguagem constitui um importante suporte, em termos teóricos e factuais, para um melhor conhecimento da diáspora africana em contexto ibérico, uma área de estudos pouco trabalhada no universo académico português.

Referência bibliográfica:

HEINTZE, Beatrix, 1985/1988, *Fontes para a História de Angola do século XVII*, Stuttgart: Franz Steiner Verlag Wiesbaden (2 vols.)

